ANEXO **XXXX**

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº **XXXX**

CONTRATO Nº **XXXX/XXXX**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE **XXXX** QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**, E A EMPRESA **XXXX**.

A União, por intermédio do **(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)**, com sede no **XXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXX**, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX**, e o resultado final do **Pregão n° XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto** – Contratação de serviço de seguro aeronáutico obrigatório (RETA), para atender às necessidades da Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal (CAOP), de acordo com as exigências previstas na legislação aeronáutica, para atender às AERONAVES descritas na tabela abaixo.

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **AERONAVE** |
| **01** | *HELICÓPTERO MONOMOTOR, MODELO AS 350 B2; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 1997; Nº. DE SÉRIE AS2794, PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.250 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PT-HZH; LOTAÇÃO: 03 TRIPULANTES, 03 PASSAGEIROS; VALOR DE MERCADO OBTIDO NO BLUE-BOOK: US$1.035.000,00 (UM MILHÃO E TRINTA E CINCO MIL DÓLARES NORTE-AMERICANOS).* |
| **02** | *HELICÓPTERO BIMOTOR, MODELO AW139; FABRICANTE AGUSTA-WESTLAND; ANO DE FABRICAÇÃO: 2012; Nº. DE SÉRIE 41325,* *PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 6.800 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-HFV; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 12 PASSAGEIROS; VALOR DE MERCADO: R$28.999.945,48 (VINTE E OITO MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS.)* |

* 1. A contratação tem por objetivo cumprir as exigências previstas na legislação aeronáutica relativamente a seguro aeronáutico obrigatório, para possibilitar que as AERONAVES listadas na tabela acima continuem sendo operadas de forma regular pela CAOP;
  2. Para o seguro aeronáutico obrigatório contratado deverá ser emitida a correspondente apólice, a qual deve permanecer a bordo da AERONAVE, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento, conforme o previsto na a seção 91.203(a) (4)(i) do RBHA 91;
  3. O objeto deste Contrato deverá ser prestado por pessoa jurídica com registro válido e atualizado na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com autorização para operar Seguros Aeronáuticos de Responsabilidade Civil (RETA), conforme artigo 78 do Decreto-Lei nº 73, de 1996.

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Documentação Complementar**
   1. O edital do Pregão Eletrônico nº **XX/2013** CPL/DICON/COAD e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta da Contratada fazem parte deste instrumento contratual, independentemente de transcrição.
2. CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações Da Contratada
   1. A Contratada obriga-se a:
      1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, das normas aeronáuticas aplicáveis à espécie, e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
      2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas após ser notificada pela CONTRATANTE**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução inadequada;
      3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
      4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
      5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
      6. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
      7. Assumir a responsabilidade por todas as contribuições previdenciárias e obrigações sociais, previstas na legislação social e trabalhista em vigor, em relação aos seus empregados, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que estes não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
      8. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços contratados;
      9. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade e confiabilidade dos serviços contratados;
      10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
      11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
      13. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica referente a seguro de responsabilidade civil sobre aeronaves;
      14. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;
      15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
      16. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço de seguro que será contratado;
      17. Cumprir os prazos estipulados em contrato, bem como os de sua proposta comercial;
      18. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, através de profissional habilitado, conforme normas regulamentadoras, atendendo de imediato as reclamações;
      19. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste serviço, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
      20. Emitir e entregar à CONTRATANTE as respectivas apólices em até 20 (vinte)dias, a partir da assinatura do instrumento de contrato, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
      21. Apresentar à CONTRATANTE, até 15 (quinze) dias após a assinatura do instrumento de contrato, a correspondente Garantia Contratual;

**3.13.2**. A contratada é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

**3. 13.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1. **CLAUSULA QUARTA – Das Obrigações Do Contratante**
   1. A Contratante obriga-se a:
      1. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Contrato e do Edital e seus Anexos;
      2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
      3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
      4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço de seguro contratado para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
      5. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
      6. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
      7. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, qualquer sinistro ocorrido com a AERONAVE segurada;
      8. Designar um servidor, indicado pela CAOP, especialmente incumbido de acompanhar e fiscalizar o recebimento do serviço de seguro a ser contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil ao Gestor do Contrato para adoção das medidas pertinentes;
      9. Fornecer por escrito as informações necessárias para a contratação do seguro;
      10. Não permitir a prestação do serviço em desacordo com o preestabelecido em contrato.
      11. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais.
      12. Verificar o cumprimento por parte da CONTRATADA de todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e assumidas por ela em sua proposta comercial, à luz dos arts. 3º, “caput”, e 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.
2. **CLÁUSULA QUINTA – Do Pagamento**

**5.1.** O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (art. 5, § 3º da lei nº 8.666/93) contados a partir da data de apresentação da apólice e das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, contendo o necessário detalhamento do serviço, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal indicado, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada.

**5.2.** Quando do pagamento à empresa contratada, será efetuada consulta ao sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

**5.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

**5.4.** As faturas contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

**5.5**. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

**5.6.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

**5.7.** Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

* + 1. - não produziu os resultados acordados;

**5.7.2** - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**5.7.3** - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

* 1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
  2. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal/distrital aplicável.
  3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
  4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
  5. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
  7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa 0,5% (meio por cento) ao mês, ou de 6 (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(TX / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

**5.15** - Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa, com direito ao contraditório e devido processo legal.

1. **CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização** 
   1. A execução do contrato de seguro RETA da AERONAVE deverá ser acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos em conformidade com a Instrução Normativa no. 51/2011-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço do DPF nº246, de 26 de dezembro de 2011, que “Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei nº 8.666/93 no âmbito do Departamento de Polícia Federal.”, doravante denominada como “IN 51/2011”.
   2. A fiscalização da execução do contrato consiste em um conjunto de procedimentos voltados ao acompanhamento da execução do ajuste, de forma a verificar, desde a assinatura do instrumento contratual até o término de sua vigência ou equivalente, o efetivo cumprimento das condições pactuadas e a conformidade da prestação dos serviços contratados, devendo tal múnus ser desempenhado por representantes da Administração especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e dos arts. 10, 11 e 12, e seus parágrafos, da IN 51/2011.
   3. Além das previstas no art. 17 da IN 51/2011, são atribuições do fiscal do contrato de seguro RETA da AERONAVE:
      1. Verificar a conformidade do serviço de seguro RETA bem como a documentação fornecida pela CONTRATADA que comprove sua efetiva prestação.
      2. Registrar as ocorrências e não conformidades verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
   4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contrato deverão ser encaminhadas, em tempo hábil e pela via hierárquica, ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.
2. **CLÁUSULA SÉTIMA – Da Forma de Prestação dos Serviços**
   1. **Metodologia**
      1. O seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas com as Condições Gerais e Especiais constantes do anexo à Circular PRESI 006, de 3 de fevereiro de 1984, ou documento posterior que a tenha substituído, e do Manual de Seguros Aeronáuticos, publicações regulamentadas pela SUSEP, que atendem às normas do CBAer.
      2. A Resolução da ANAC[[1]](#footnote-1) nº 37, de 07/08/2008, publicada na página 12 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 152, 08 de agosto de 2008, dispõe sobre a atualização dos limites de indenização de que trata o Título VIII do CBAer, definindo no seu art. 2º que o IPCA[[2]](#footnote-2) será adotado como critério de atualização monetária do último comunicado DECAT-001/95, expedido pelo IRB[[3]](#footnote-3) em 23 de janeiro de 1995, dispondo sobre o quadro de responsabilidades e a tabela de prêmios atualizados, até 30 de novembro de 1994, para fins de contratação do seguro obrigatório de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo.
      3. Os valores de mercado das AERONAVES constantes no objeto do presente TR foram estimados a partir do seu valor de compra.
      4. De acordo com os termos do Apêndice B do RBHA 47, o seguro RETA a ser contratado deverá oferecer cobertura para as classes 1, 2, 3 e 4 correspondentes a, respectivamente: passageiros e bagagem; tripulantes e bagagem; danos a pessoas e bens no solo; colisão e abalroamento.
      5. A cobertura do seguro aeronáutico deverá abranger as Condições Gerais para seguros aeronáuticos acrescida do Aditivo B - Garantia RETA, previsto pela SUSEP.
      6. Toda as cláusulas deverão obedecer ao disposto no anexo à Circular PRESI n° 006, expedida em 03 de fevereiro de 1984 pelo IRB e recepcionada pela SUSEP, no CBAer, na legislação específica e ao disposto neste TR.
      7. Em caso de ocorrência de algum dos eventos cobertos pelas apólices de seguro RETA da AERONAVE, a CONTRATANTE[[4]](#footnote-4) deverá comunicar imediatamente a CONTRATADA[[5]](#footnote-5) sobre a ocorrência do sinistro, para adoção das providências contratualmente cabíveis.
      8. Em todos os voos das AERONAVES, haverá a presença de um comandante - conforme definição do CBAer.
      9. O comandante será o piloto assim identificado no campo correspondente do plano de voo apresentado aos órgãos de controle do SISCEAB ou expressamente relacionado no diário de bordo nos casos em que os referidos órgãos não existam ou não estejam operando no local de decolagem.
      10. O comandante da AERONAVE deverá ocupar o posto correspondente à função de comando, salvo quando, por necessidade operacional, treinamento ou recheque, houver outro piloto habilitado pela ANAC para exercer a função de comandante do modelo/tipo de aeronave que estiver tripulando e esteja ocupando o referido posto de comando da aeronave, situação em que o comandante poderá ocupar o posto de pilotagem adjacente.
      11. Não poderá haver interferência na cobertura do seguro nos casos a seguir especificados:
          1. Quando um dos pilotos em comando não for servidor da Polícia Federal, por se tratar de instrutor contratado ou instrutor/piloto cedido de outro órgão, desde que devidamente habilitado.
          2. Quando a AERONAVE for empregada para treinamento de pilotos de outro órgão público, com instrutor da Polícia Federal.
          3. Quando ocorrerem alterações das condições de aeronavegabilidade, desde que essa alteração tenha sido autorizada/homologada pelas autoridades competentes.
          4. Quando a AERONAVE for empregada em operações de interesse de outro órgão ou entidade de caráter público, desde que o voo seja conduzido conforme o perfil operacional habitualmente utilizado pela Polícia Federal e que atenda às normas de tráfego aéreo ou que seja devidamente autorizado pelas autoridades de aviação civil e de proteção ao voo.
          5. Quando a AERONAVE for empregada em voos de demonstração/exibição ou simples sobrevoo conduzidos de acordo com seu perfil normal de operação e com observância das regras de tráfego aéreo.
          6. Quando forem realizados voos com execução de desvios autorizados por acordo operacional firmado entre o operador e o órgão de tráfego aéreo, bem como nas operações conduzidas de acordo com as regras da subparte K do RBHA[[6]](#footnote-6) 91, autorizadas pela ANAC.
          7. Quando nos locais designados para pernoite, não existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento/ancoramento da AERONAVE.
          8. Quando a AERONAVE for tracionada manualmente em solo.
          9. Quando a AERONAVE permanecer exposta ao público, no solo, em exposições, feiras e outros eventos relacionados à aviação ou à atividade da Polícia Federal.
          10. Quando ocorrer ingresso de novos pilotos nos quadros de tripulantes da CAOP além daqueles cuja experiência encontra-se informada na Tabela constante do presente TR.
      12. O serviço licitado enquadra-se na definição de serviço comum, prevista no art. 6º, II da Lei nº 8.666, de 1993, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5450, de 2005.
      13. Assim, a modalidade de licitação a ser adotada será o pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item licitado.
   2. **Necessidade:**
      1. A necessidade de contratação do serviço evidencia-se no fato de que, sem o seguro aeronáutico obrigatório, as AERONAVES não podem ser consideradas aeronavegáveis enquanto não for cumprida tal exigência prevista em lei (art. 281 do CBAer).
   3. **Localidade:**
      1. Acerca do aeródromo de registro, as AERONAVES atualmente estão baseadas na:

**Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.**

**Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek**

**Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14**

**CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF**

* + 1. O endereço acima deve ser considerado como a principal base operacional da CAOP. Todavia, no desempenho das atribuições de unidade encarregada das atividades aéreas operacionais do DPF, a CAOP constantemente é demandada para atuar em qualquer parte do Território Nacional e, eventualmente, até no Exterior, haja vista a autonomia das AERONAVES e a existência de acordos de cooperação técnica internacional em matéria de segurança pública firmados pelo DPF com órgãos policiais de outros países, notadamente os sul-americanos.
    2. Destarte, o perímetro de cobertura geográfica do seguro aeronáutico obrigatório das AERONAVES deve abranger as três Américas (do Norte, Central e do Sul).
  1. **Horário de funcionamento**
     1. O plantão de atendimento operacional do ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE[[7]](#footnote-7) funciona ininterruptamente (H24), inclusive aos sábados, domingos e feriados.
     2. O serviço de seguro de aeronáutico obrigatório das AERONAVES deverá vigorar pelo prazo de vigência da respectiva apólice.
     3. Caso o prazo de vigência da apólice ultrapasse o período de vigência do CONTRATO, as obrigações assumidas pela CONTRATADA continuarão sendo cumpridas pelo período de cobertura previsto na apólice do seguro RETA das AERONAVES, independentemente do fato de a vigência do CONTRATO já haver expirado.
  2. **Disponibilidade orçamentária e financeira**
     1. A contratação dos serviços descritos neste TR, mediante a realização do devido processo licitatório, está condicionada à disponibilidade orçamentária.
  3. **Rotina de execução**
     1. **Frequência e periodicidade:**
        1. O seguro aeronáutico obrigatório (RETA) é um serviço contratado de forma anual, ou seja, com período de cobertura correspondente a 1 (um) ano a partir da contratação.
        2. Sendo possível a prorrogação da vigência contratual com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, e desde que haja concordância de ambas as partes contratantes nesse sentido, é recomendável manter as AERONAVES devidamente seguradas para possibilitar sua regular operação conforme a legislação aplicável.
     2. **Ordem de execução**
        1. Em caso de prorrogação da vigência do CONTRATO com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para que a revalidação do seguro aeronáutico obrigatório ocorra tempestivamente, com o fito de evitar que as AERONAVES fiquem indisponíveis devido à falta desse serviço.
     3. **Deveres e disciplinas exigidos**
        1. Caberá à CONTRATADA observar, além das responsabilidades previstas nas disposições contidas na legislação aplicável, as seguintes regulamentações pertinentes aos serviços a serem prestados:
           1. Cumprir os prazos estipulados neste TR, do Edital da Licitação e do CONTRATO, bem como aqueles constantes em sua proposta comercial;
           2. Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado, os serviços prestados;
           3. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários por ocasião da execução do CONTRATO;
           4. Manter-se durante toda a execução do CONTRATO em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no momento da sua habilitação no certame licitatório;
           5. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceita pela boa técnica;
           6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO de acordo com o art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93;
           7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;
        2. Caberá à CONTRATANTE, além das disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações pertinentes aos serviços objeto deste TR:
           1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
  4. **A justificativa da relação entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratada**
     1. A quantidade a ser contratada é a mínima exigida por lei, ou seja, uma apólice de seguro RETA para cada AERONAVE.

1. **CLÁUSULA OITAVA** – **Alteração do Contrato** 
   1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
   2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
2. **CLÁUSULA NONA – Do Valor do Contrato** 
   1. O valor do contrato é de R$ **XXXX** **(XXXX).**
      1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
3. **CLÁUSULA DÉCIMA - Da Dotação Orçamentária** 
   1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

1. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vigência e da Prorrogação**
   1. O CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, contados a partir da data de publicação do extrato de contrato no DOU.
   2. Caso o prazo de vigência da apólice do seguro ultrapasse o período de vigência do CONTRATO, as obrigações assumidas pela CONTRATADA continuarão sendo cumpridas pelo período de cobertura previsto na apólice do seguro RETA de cada uma das AERONAVES, independentemente se a vigência do CONTRATO já houver expirado.
2. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Rescisão**
   1. Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei n° 8.666/93.
   2. A rescisão do contrato poderá ser:
      1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
      2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e
      3. Judicial, nos termos da legislação.
   3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:
      1. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
      2. Pagamento do custo da desmobilização; e
      3. Devolução da garantia.
3. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Infrações e Das Sanções Administrativas**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
      1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Comportar-se de modo inidôneo;
      4. Cometer fraude fiscal;
      5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima, mora na execução, inadimplemento contratual ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
4. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
5. Multa:
   1. de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;
   2. de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas no Edital;
   3. de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.
6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
   1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
7. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
   * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   1. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
      1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
9. **- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Garantia do Contrato**

**14.1** - Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 3% (três por cento) do valor total do Contrato a ser comprovada no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da celebração do contrato.

* 1. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Contratante fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.
  2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:
     + - 1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
         2. Seguro-garantia; ou
         3. Fiança bancária
  3. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.
  4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
  5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada.
  6. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

1. **- CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação** 
   1. A publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data.
2. **- CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – Do equilíbrio econômico-financeiro** 
   1. As partes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onerem ou desonerem excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;
   2. A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.
   3. A comprovação será feita por quaisquer meios admitidos no direito.
   4. A Administração, reconhecendo justificadamente o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.
   5. Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;
   6. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.
3. **- CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Dos casos omissos**
   1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto n° 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**18 -. CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – Das Medidas Acatutelatórias**

**18.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento como forma de prevenir a ocorrência de dano difícil ou impossível reparação.

1. **- CLAUSULA DÉCIMA NONA – Da Legislação e do Foro** 
   1. Fica expressamente acordado que ao presente contrato aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.
   2. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal/DF, com renúncia de quaisquer outros, para dirimir dúvidas e decidir sobre quaisquer reclamações relacionadas com o presente contrato.
   3. E, por estarem justas e acertadas, foi mandado digitar este contrato, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Brasília/DF, de de .

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Contratante**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Contratado**

**Testemunhas:**

1. Agência Nacional de Aviação Civil. [↑](#footnote-ref-1)
2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE. [↑](#footnote-ref-2)
3. Instituto de Resseguros do Brasil. [↑](#footnote-ref-3)
4. É a União, representada pelo Departamento da Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900; [↑](#footnote-ref-4)
5. É a pessoa jurídica com a qual será celebrado o CONTRATO de prestação de serviços de seguro aeronáutico obrigatório RETA da AERONAVE, conforme o resultado do certame licitatório. [↑](#footnote-ref-5)
6. Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica. [↑](#footnote-ref-6)
7. Hangar da CAOP localizado no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares da Aviação Geral, Lotes 13/14, Lago Sul, Brasília, DF, CEP 71608-030. [↑](#footnote-ref-7)